



## Cultura negra e Educação: Um estudo a partir do portal de publicações IBICT OASIS BR

### Black Culture and Education: A Study Based on the IBICT OASIS BR Publications Portal

### Cultura negra y educación: Un estudio basado en el portal de publicaciones IBICT OASIS BR

Ana Beatriz Oliveira <sup>1</sup>  Maria Rute da Conceição dos Santos <sup>1</sup>   
Perolina Souza Teles <sup>1</sup>  Fabio Zoboli <sup>1</sup> 

<sup>1</sup> Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.

#### Autor correspondente:

Nome: Ana Beatriz Oliveira

E-mail: [ananabeatriz164@gmail.com](mailto:ananabeatriz164@gmail.com)

**Como citar:** Oliveira, A. B.; Santos, M. R. C.; Teles, P. S.; Zoboli, F. (2025). Cultura negra e Educação: Um estudo a partir do IBICT OASIS BR. *Journal of Research and Knowledge Spreading*, 6(1), e20495. <http://dx.doi.org/10.20952/jrks7120495>

#### RESUMO

A ampliação da discussão sobre a cultura negra é fundamental para a valorização da identidade e do sentimento de pertencimento de um povo, historicamente marcado pela resistência ao silenciamento. Sua valorização deve ocorrer em todos os espaços sociais, especialmente na escola, ambiente central para a construção do conhecimento. O presente texto teve como objetivo verificar de que modo o tema “cultura negra e educação” vem sendo abordado, a partir de publicações do IBICT OASIS BR – Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto. Tratou-se de um estudo de cunho qualitativo, abordado sob o viés de uma pesquisa de revisão bibliográfica. Foram identificados nove trabalhos, que foram analisados a partir de dois eixos temáticos: “Valorização da Cultura Negra Através da Lei 10.639/2003” e “Cultura Negra, Arte e Resistência”. Os resultados indicam que, apesar da obrigatoriedade legal do ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana, conforme estabelece a Lei nº 10.639/2003, a mesma ainda não é efetivamente cumprida na maioria das escolas. Outra problemática recorrente, identificada nos estudos analisados, refere-se à falta de formação inicial e continuada dos docentes para trabalhar a cultura negra de maneira crítica, reflexiva e integrada ao currículo escolar. Diante desse cenário, emerge a seguinte questão: como enfrentar a falta de preparo dos docentes para abordar a cultura negra de forma consistente e, assim, garantir o cumprimento efetivo da Lei nº 10.639/2003 no contexto escolar?

**Palavras-chave:** Cultura Negra. Educação. Lei nº 10.639/03. IBICT OASIS BR. Análise de produção de conhecimento.

#### ABSTRACT

The expansion of discussions on Black culture is fundamental to the appreciation of identity and the sense of belonging of a people historically marked by resistance to silence. Its value should take place in all social spaces, especially in schools, which are central environments for the construction of knowledge. This text aimed to examine how the theme “Black culture and education” has been addressed based on publications from IBICT OASIS BR – the Brazilian Open Access Scientific Publications Portal. This was a qualitative study, approached from the perspective of a bibliographic review. Nine studies were identified and analyzed according to two thematic axes: “Valuing Black Culture Through Law No. 10.639/2003” and “Black Culture, Art, and Resistance.” The results indicate that, despite the legal requirement to teach Afro-Brazilian and African history and culture, as established by Law No. 10.639/2003, this mandate is still not effectively implemented in most schools. Another recurring issue identified in the analyzed studies concerns the lack of initial and continuing teacher education to address Black culture in a critical, reflective, and curriculum-integrated manner. Considering this scenario, the following question emerges: how can the lack of teacher preparation to address Black culture consistently be confronted, thereby ensuring the effective implementation of Law No. 10.639/03 in the school context?

**Keywords:** Black Culture. Education. Law No. 10.639/2003. IBICT OASIS BR. Analysis of Knowledge Production.

## RESUMEN

---

Ampliar la discusión sobre la cultura negra es fundamental para valorar la identidad y el sentido de pertenencia de un pueblo históricamente marcado por la resistencia al silenciamiento. Su valorización debe darse en todos los espacios sociales, especialmente en la escuela, ámbito central para la construcción de conocimientos. El objetivo de este texto fue examinar cómo se ha abordado el tema de la “cultura negra y educación”, a partir de publicaciones del IBICT OASIS BR – Portal Brasileño de Publicaciones Científicas en Acceso Abierto. Se trató de un estudio cualitativo, abordado desde la perspectiva de una revisión de la literatura. Se identificaron y analizaron nueve obras a partir de dos ejes temáticos: “Valoración de la Cultura Negra a través de la Ley 10.639/2003” y “Cultura Negra, Arte y Resistencia”. Los resultados indican que, a pesar de la obligación legal de enseñar la historia y la cultura afrobrasileña y africana, establecida por la Ley nº 10.639/2003, esta obligación aún no se cumple efectivamente en la mayoría de las escuelas. Otro problema recurrente, identificado en los estudios analizados, se refiere a la falta de formación inicial y permanente del profesorado para trabajar con la cultura negra de forma crítica, reflexiva e integrada al currículo escolar. Ante este escenario, surge la siguiente pregunta: ¿cómo enfrentar la falta de preparación de los docentes para abordar la cultura negra de forma consistente y, así, garantizar la efectiva implementación de la Ley nº 10.639/03 en el contexto escolar?

**Palabras clave:** Cultura negra. Educación. Ley nº 10.639/2003. IBICT OASIS BR. Análisis de la producción de conocimiento.

## INTRODUÇÃO

---

*“Os olhos de nossos antepassados, negras estrelas tingidas de sangue, elevam-se das profundezas do tempo, cuidando de nossa dolorida memória” (Conceição Evaristo)*

Entre os séculos XVI e XVII, a escravização da população africana tornou-se um mercado altamente lucrativo para os colonizadores, especialmente no Brasil. Nesse período, milhões de africanos foram sequestrados e trazidos forçosamente, sendo privados de seus nomes, de suas

histórias e tudo o que haviam construído ao longo de suas vidas. Segundo Souza e Guasti (2018), "os negros escravizados eram forçados a abandonar suas crenças e hábitos culturais e encaravam uma realidade dura". No entanto, suas tradições, costumes, crenças e cultura não foram completamente apagados, pois esses elementos foram mantidos e transmitidos de geração em geração, através de estratégias de resistência do povo negro no Brasil.

Essa herança cultural teve um papel fundamental na construção da identidade da sociedade brasileira. As influências africanas manifestam-se em diferentes aspectos da cultura do país, como a música, a dança, a literatura, a religião, as artes e a culinária. Assim, a cultura negra consolidou-se como uma forma de preservar a ancestralidade, expressar sentimentos e também uma importante forma de comunicação.

A cultura negra no Brasil contribui para a construção de uma identidade coletiva e para o fortalecimento do senso de pertencimento da população, abrangendo aspectos como a consciência cultural, a estética, a corporeidade, a musicalidade, a religiosidade e a vivência da negritude. Esse processo é marcado por uma rica africanidade e por uma constante recriação cultural, que fortalece a identidade dos indivíduos e, ao mesmo tempo, enriquece a sociedade como um todo (Gomes, 2003).

No contexto escolar, o ensino da cultura negra ainda enfrenta diversos desafios para ser devidamente valorizado no currículo educacional, historicamente marcado por uma perspectiva colonizada e eurocêntrica, centrada majoritariamente em conteúdos de origem europeia. Mesmo com a promulgação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas redes pública e privada de ensino fundamental e médio, sua efetivação ainda encontra limitações na prática pedagógica e na organização curricular.

Diante desses desafios, a relação de Cultura Negra e Educação nos instiga a refletir sobre a forma como esse tema vem sendo abordado nos repositórios de trabalhos acadêmicos, com o objetivo de identificar indícios de como ele vem sendo tratado (ou não) no ambiente escolar. Nesse sentido, o presente texto busca investigar como o tema "Cultura Negra e Educação" está sendo discutido no portal de publicações IBICIT OÁSIS.

A prática de mapear e avaliar a produção de conhecimento na área da Educação vem, gradualmente, tornando-se recorrente e relevante, ao mesmo tempo em que se configura mais claramente como um campo acadêmico. Portanto, a proposição deste texto, no repositório IBICIT OÁSIS, busca alinhar-se a este tipo de prática de investigação. O mapeamento da produção do conhecimento de uma determinada área é uma característica de campos acadêmicos já consistentes ou em processo de consolidação. Sendo assim, o objeto deste escrito se apresenta como uma necessidade para pensar ou nortear a constituição do seu próprio desenvolvimento.

Assim, esse texto tem como objetivo verificar de que modo o tema "cultura negra e educação" estão sendo trabalhados, tendo como campo empírico o "IBICT OASIS BR – Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto". Para tal feito, o artigo se divide em quatro seções para além desta introdução. Inicialmente, apresentamos o percurso metodológico, na qual dispomos o desenho da pesquisa que compõe nossa revisão bibliográfica; na seção seguinte teorizamos sobre a Cultura Negra e a Educação; para na sequência apresentar e analisar os dados expondo o levantamento de textos e seu agrupamento em dois eixos temáticos: "Valorização da Cultura Negra Através da Lei 10.639/2003" e "Cultura Negra, Arte e Resistência", trazendo um diálogo teórico juntamente com as análises. Por fim, na última parte do texto apresentamos nossas considerações finais, na qual não objetivamos trazer conclusões acerca da temática, mas apenas sugerir a importância da problematização de mesma em futuras pesquisas acadêmicas.

## PERCURSO METODOLÓGICO

---

Perspectivou-se realizar, nesta pesquisa, uma investigação quantitativa a partir dos trabalhos acadêmicos do “IBICT OASIS BR – Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto”. O IBICT OASIS BR é um mecanismo de busca multidisciplinar que permite o acesso gratuito à produção científica de autores vinculados a universidades e institutos de pesquisa brasileiros. Por meio do IBICT OASIS BR é possível também realizar buscas em fontes de informação portuguesas.

Deste modo, o presente texto se identifica como sendo um estudo de revisão bibliográfica de análise de produção de conhecimento. É um tipo de pesquisa que se interessa por temas acadêmica e socialmente relevantes e que vêm se consolidando como um modo histórico e epistemológico de refletir as tendências, os avanços, os retrocessos, os obstáculos, os problemas e as soluções que configuram os campos da ciência contemporânea. Estes estudos, geralmente, estão articulados à formação profissional como modo de difusão e experimentação responsável de conhecimentos científicos nos contextos sociais.

Segundo Romanowski e Ens (2006, p. 39), as pesquisas do tipo “estudo de revisão de literatura” contribuem epistemologicamente com a construção de campos teórico-metodológico na medida em que identificam as bases dos conhecimentos relativos à pesquisa (produção de conhecimento) e da pedagogia (ensino-aprendizagem do conhecimento produzido), sem perder de vista os limites das áreas relativas à produção e à sua difusão, bem como as possibilidades de inovação e ampliação do conhecimento.

Para a captura da produção científica, fizemos uso da ferramenta de busca online do IBICT OASIS BR, empregando os termos “CULTURA NEGRA E EDUCAÇÃO” e selecionando o critério/filtro “Título”. Para seleção dos textos, não foram estabelecidos outros critérios, considerando a pouca quantidade de produções veiculadas a essa temática.

## CULTURA NEGRA E EDUCAÇÃO

---

Este texto dá centralidade ao corpo negro, pois foi a invenção da categoria “raça” que precedeu a noção de humanidade no curso do colonialismo sofrido no Brasil. “O estatuto de humanidade empregado ao longo do processo civilizatório colonial europeu no mundo é fundamentado na destruição dos seres não brancos (Rufino, 2019, p. 9)”. Afinal, como menciona a intelectual negra Grada Kilomba:

A palavra Negro não é uma palavra neutra, mas um conceito colonial inventado durante a Expansão Europeia para designar todas/os as/os africanas/os subsaarianas/os. Ela é, portanto, um termo localizado dentro da história da escravização e da colonização, ligado a uma experiência coletiva de opressão racial, brutalidade e dor (Kilomba, 2019, p. 155-156).

A história do negro foi concebida longe da história do direito. O mundo tem uma dívida histórica com a humanização do corpo negro. A identidade do negro, enquanto sujeito de direito, foi deveras negada sob a alegação da animalidade do mesmo. Desse modo, apagaram dessas pessoas seus rostos, suas singularidades e calaram sua voz.

Uma das características da violência simbólica implementada pelo racista consiste em negar o rosto do outro. Por ser o sinal do indivíduo – o mais alto valor encarnado por este –, o desprezo a seu respeito passa pela animalização ou o rebaixamento do seu rosto: o outro tem uma fuça, um focinho, uma cara de rato, uma cara de poucos amigos, uma fâcies. O ódio do outro leva à sua desfiguração; a dignidade do rosto lhe é recusada (Le Breton, 2019, p.14).

Especificamente no Brasil, o perfil do racismo e do racista adquire uma cortina de fumaça, denominada “mito da democracia racial”. Há uma suposta ideia de igualdade de raça, que se protege em categorias como a miscigenação, por exemplo, invisibilizando ainda mais o corpo negro. De acordo com Lélia Gonzalez (2020, p. 79), “Enquanto o mito da democracia racial funciona nos níveis público e oficial, o branqueamento define os afro-brasileiros no nível privado e em duas outras esferas”.

É diante desse contexto de exclusão, negação de direitos e de silenciamento da história da população negra na sociedade brasileira, que naturalmente também repercute em práticas escolares colonizadoras e materiais didáticos embranquecidos, que é criada a Lei 10.639, no ano de 2003. É no primeiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que a mesma é sancionada, tornando obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, no estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Esta lei é parte da materialização da luta dos Movimentos Populares e do Movimento Negro Organizado, que exigiam em suas pautas a efetivação de uma política antirracista que combatesse as diversas formas de intolerância às classes empobrecidas no país. É uma lei descolonizadora que se propõe reparadora de uma ferida ainda aberta na sociedade, que é a escravização do negro no nosso território, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza a história, cultura e identidade dessa parcela significativa da população. Não obstante, é necessário considerar que são as lutas oriundas dos diversos Movimentos Negros, em escala global, que conseguiram, ao longo de todo o século XX, estabelecer as devidas tensões que objetivam a superação do racismo, luta por igualdade e abolição da repressão e violência contra os povos negros.

É necessário considerar nesse movimento toda a luta Pan-africanista, oriunda da África do Sul, formulada por intelectuais e ativistas políticos que defendiam a necessidade de estabelecimento de uma “consciência negra”, como forma de oposição à consciência eurocentrada e branca. Tal movimento permitiria, por choque permanente, a provocação de rupturas com as estruturas de opressão. Steve Biko, ativista político sul-africano, escreveu, na década de 1970, em meio às contendas pelo fim do Apartheid em seu país, uma contundente definição de “consciência negra”:

A Consciência Negra é uma atitude da mente e um modo de vida, o chamado mais positivo que num longo espaço de tempo vimos brotar do mundo negro. Sua essência é a conscientização por parte do negro da necessidade de se unir aos seus irmãos em torno da causa de sua opressão – a negritude de sua pele – e de trabalharem como um grupo para se libertarem dos grilhões que os prendem a uma servidão perpétua. Baseia-se num autoexame que os levou finalmente a acreditar que, ao tentarem fugir de si mesmos e imitar o branco, estão insultando a inteligência de quem quer que os criou negros. A filosofia da Consciência Negra, portanto, expressa um orgulho grupal e a determinação dos negros de se levantarem e conseguirem a autorrealização desejada. A liberdade é a capacidade de autodefinição de cada um, tendo como limitação de suas potencialidades apenas a própria relação com Deus e com o ambiente natural, e não o poder exercido por terceiros. [...] Por isso, pensar segundo a linha da Consciência Negra faz com que o negro se veja como um ser completo em si mesmo. Torna-o menos dependente e mais livre para expressar sua dignidade humana. Ao final do processo, ele não poderá tolerar quaisquer tentativas de diminuir o significado de sua dignidade humana (Biko, 1990, p. 114-115).

Esse pensar fora das estruturas de repressão, percebendo-se como humano, após séculos de desumanização, somente pode ser possível nos horizontes de uma educação decolonial e antirracista. A alteração de uma norma pedagógica, a criação de leis específicas, não produzem alteração imediata das estruturas sociais que demarcam e limitam o horizonte simbólico e o imaginário, que sustenta as desigualdades sociais e as bases da opressão. Nesse sentido, não assumimos ingenuamente a crença de que podemos “acender a luz” da educação

antirracista que “iluminará esse caminho de trevas da violência”. Mesmo com as leis, a alienação, o descompromisso, o imobilismo e a própria falta de preparo pedagógico limitam a ação docente. Munanga (2005) reflete o quanto os preconceitos introjetados, por décadas de uma formação racista, impede o professor de mediar os conflitos raciais, perceber as brechas possíveis para estabelecer diálogos que oportunizem reconhecer a diversidade cultural e as múltiplas identidades que demarcam um país plural como o Brasil.

Nilma Marcelino Gomes (2003) intui a partir de dados da realidade concreta analisada em suas pesquisas, o quanto as ações de preconceitos impactam violentamente os alunos e as alunas, assim como são minimizadas pela falta de preparo docente em combatê-las e problematizá-las:

As experiências de preconceito racial vividas na escola, que envolvem o corpo, o cabelo e a estética, ficam guardadas na memória do sujeito. Mesmo depois de adultos, quando adquirem maturidade e consciência racial que lhes permitem superar a introjeção do preconceito, as marcas do racismo continuam povoando a sua memória. A ausência da discussão sobre essas questões, tanto na formação dos professores quanto nas práticas desenvolvidas pelos docentes na escola básica, continua reforçando esses sentimentos e as representações negativas sobre o negro (Gomes, 2003, p. 176).

Para falar sobre cultura negra e Educação é preciso retomar a relação sobre a escola e a cultura negra. A Escola e a Cultura estão intrinsecamente ligadas, sem cultura não há escola, e com seu papel social, acaba não apenas transmitindo conhecimentos, mas também é responsável por transmitir valores que preparam os estudantes para desempenhar um papel social para estabilizar o mesmo. Quando falamos de cultura na escola, estamos falando de reconhecimento, de criação de identidade e não apenas uma mera reprodução.

Falar sobre Cultura Negra na educação ainda é um assunto complexo, pois o modelo da educação brasileira ainda não é totalmente inclusivo, mesmo após avanços como a Lei 10.639/2003, muitos alunos não são representados e outros tantos não se tornam indivíduos preparados para enfrentarem a verdadeira sociedade.

A escola é formada por cultura, porém como nem todas as culturas são aceitas a discriminação ainda é muito latente. Como afirmam Oliveira, Silva & Pinto, (2008):

Na escola encontramos um caldeirão, no qual fervilham todas as etnias. A cultura brasileira está na sala de aula, principalmente na escola pública. Portanto, caberia à escola o compromisso fundamental de trabalhar a promoção da igualdade racial. E o que vemos? Um paradoxo: a escola é o espaço que não poderia discriminar, mas acaba sendo o que mais discrimina. Uma das origens desse paradoxo vem do fato de, por séculos, a escola ter trabalhado com um currículo de modelo europeu (Oliveira, Silva & Pinto, 2008, p. 32).

Oliveira, Silva & Pinto (2008) ainda mencionam que a discriminação expulsa as crianças negras das escolas e que essa discriminação desencadeia o não pertencimento desse aluno negro. Afinal, o mesmo não se sente representado de forma positiva, sendo somente apresentado como parte de um povo que foi arrancado dos seus países de origem, para serem escravizados, desconsiderando todos os outros aspectos de sua história.

Nesse sentido, é necessária uma descolonização dos currículos, pois muitos deles ainda são centrados nos conteúdos eurocêntricos, deixando de lado a cultura dos povos que construíram o Brasil. Outro fator importante é a capacitação docente, pois sem a mesma não é possível gerar um debate sobre a cultura negra e, conseqüentemente, a formação de uma identidade negra positiva para essas pessoas é afetada, pois a escola ainda é um fator que dificulta a construção dessa identidade. Segundo Santos (2007, p. 36):

A escola em geral, ainda vê e mostra o negro como povo secundário, que ganha visibilidade apenas no período da escravidão, reforçando a imagem de trabalhador braçal de intelecto reduzido [...] a escola, enquanto instituição social responsável por uma parcela importante da educação dos cidadãos deve ser posicionar politicamente contra qualquer tipo de discriminação. O reconhecimento e a valorização da cultura negra são elementos importantes nas relações sociais na escola, no sentido de permitir que a comunidade escolar possa perceber a importância das relações étnico-raciais na formação e na riqueza da nossa sociedade.

A Educação, historicamente, foi moldada por abordagens pedagógicas voltadas à elite, às classes mais abastadas, negligenciando corpos, que historicamente são esquecidos, causando exclusão e a evasão desses corpos nas aulas. Na contramão dessas abordagens, outras práticas pedagógicas tematizam a cultura e a experiência do aluno como parte do processo de aprendizagem. A Educação, sob a égide antirracista, com um currículo descolonizador, pode desempenhar um papel fundamental para o reconhecimento desses corpos. Como afirma Garcia (2007, p. 12):

Conhecer a história da educação do negro significa, dentre outras coisas, a necessidade de adentrar esses diferentes tipos de escolarização e educação, como espaços de construção da cidadania e fonte de conscientização da origem afro-brasileira. Conseqüentemente, a invisibilidade social é desnaturalizada fazendo emergir as diferenças nas formas de tratamento, a desigualdade racial e social (Garcia, 2007).

É importante, após a formação inicial, que os professores continuem atentos às questões legais da área da educação, no que tange às questões do negro e das diferenças. De igual modo, sempre deve permanecer acesa a responsabilidade de se desnaturalizar o racismo estrutural que assola o corpo negro numa sociedade ainda demasiado racista. Por ser um tema permeado de tensões, é comumente mais “fácil” excluir essa temática das práticas escolares. Além disso, a aculturação da mesma, no âmbito escolar, parece ser ainda tímida e em processo de construção – logicamente, falamos disso se pensamos de forma massiva.

Neste sentido, existe a necessidade de compreender melhor e de aprofundar o conhecimento em algumas áreas, como é o caso da religião afro-brasileira, racismo e identidade racial. Defendemos, que o professor tem um papel muito importante em meio a esse processo de construção de conhecimento e quebra de preconceitos, amparado atualmente por legislações pertinentes. Como profissionais da educação, devemos trabalhar de forma a possibilitar a vivência das práticas da cultura negra e africana sobre diversas categorias, à exemplo da capoeira, identidade racial, dança, formação escolar, religião, festas e racismo.

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

---

Como descrito na metodologia deste texto, perspectivamos realizar uma investigação quantitativa dos trabalhos acadêmicos encontrados no “IBICT OASIS BR – Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto”. Nossa busca foi feita no dia 16 do mês dezembro de 2024. A partir dos termos “CULTURA NEGRA E EDUCAÇÃO” selecionando o critério/filtro “TÍTULO” chegamos a um total de 20 trabalhos. Dos 20 trabalhos encontrados, três estavam repetidos, dois eram resenhas de livros e seis não estavam disponíveis para *download*. Desse modo, nossa amostra ficou composta por nove textos (duas dissertações, três artigos científicos e quatro trabalhos de conclusão de curso).

Com o intuito de melhorar a apresentação e a análise das produções acadêmicas exploradas nesse texto, optamos por agrupar os mesmos em eixos temáticos. Ao final do agrupamento, obtivemos dois eixos temáticos: “Valorização da Cultura Negra Através da Lei

10.639/2003” e “Cultura Negra, Arte e Resistência”. O agrupamento por temas foi realizado em concordância com os objetivos desenvolvidos por seus respectivos autores.

No quadro abaixo, são apresentados os eixos temáticos com suas referentes caracterizações.

**Quadro 1.** Caracterização dos eixos temáticos.

EIXO TEMÁTICO	CARACTERIZAÇÃO
<b>VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA ATRAVÉS DA LEI 10.639/03</b>	Neste agrupamento de trabalhos, estão aqueles que abordam a lei 10.639/2003 como um importante meio de valorização da cultura negra na sociedade. Tal lei tem a finalidade de trazer à escola a reflexão da história, da memória e da cultura dos povos africanos e afrodescendentes na formação do povo brasileiro.
<b>CULTURA NEGRA, ARTE E RESISTÊNCIA</b>	Este eixo temático engloba trabalhos que se utilizam da arte como prática pedagógica antirracista. São produções que aglutinam reflexões sobre a cultura negra a partir da estética artística a fim de gerar uma educação antirracista

### Valorização da Cultura Negra através da Lei 10.639/2003

Neste eixo temático foram aglutinados seis trabalhos que apresentamos na tabela abaixo.

**Tabela 1.** Trabalhos do eixo temático “Valorização da Cultura Negra através da Lei 10.639/2003”.

Nº TEXTO	TÍTULO	TIPOLOGIA	ANO
Texto 1	Negros & Educação: por uma nova história.	Trabalho de conclusão de curso	2008
Texto 2	Educação Popular Negra: breves notas de um conceito	Artigo	2020
Texto 3	Estudante negro na cultura estudantil e na Educação Física Escolar	Dissertação	2007

Texto 4	Sorriso Negro: Trabalhando autoestima de alunos negros na Educação Infantil	Trabalho de conclusão de curso	2010
Texto 5	Estética Negra na Cultura Afro-brasileira	Trabalho de conclusão de curso	2012
Texto 6	@Negro e a educação, entre o mito e os fatos	Artigo	2014

Inicialmente é importante mencionar que a criação da Lei 10.639/2003 trazia em si um compromisso civilizatório pelo pleno exercício da cidadania política das pessoas, assegurando o direito à igualdade de condições de vida. Ao tempo em que, de certa maneira, designava ao sistema educacional brasileiro que garantisse o desenvolvimento das pessoas em sua plenitude de alteridades e contextos, a partir do acesso às mais diversas fontes de conhecimento da cultura brasileira (Teles, Santos & Zoboli, 2024).

Na primeira pesquisa analisada, Cruz (2008), no seu trabalho de conclusão de curso intitulado *“Negros & educação: por uma nova história”*, discute a história da escravização da população negra, seus impactos na vida dos escravizados e o papel da escola enquanto instituição discriminatórias. O texto aborda as contribuições dos costumes, da cultura e trabalho negro para o desenvolvimento da sociedade, destacando a luta pelo reconhecimento dessa cultura e pelo acesso e permanência na educação, processo que culminou na promulgação da Lei 10.639/2003.

Cruz (2008) argumenta que, durante o período da escravização, os negros eram intencionalmente impedidos de acessar a educação formal, como forma de evitar o domínio da leitura e da escrita. Mesmo após a abolição da escravatura, as dificuldades persistiram, pois, o racismo e a discriminação continuaram sendo práticas comuns dentro e fora do ambiente escolar. Estudantes negros eram constantemente desacreditados em sua capacidade intelectual, o que resultou em processos de exclusão.

Nesse contexto, os movimentos negros desenvolveram um papel fundamental no enfrentamento dessas práticas, pressionando por mudanças dos conteúdos dos livros didáticos e na postura dos professores em sala de aula.

A segunda pesquisa, intitulado *“Educação Popular Negra: breves notas de um conceito”*, consiste em um ensaio sobre a luta antirracista e educação popular. Silva (2020) destaca a importância da Lei 10.639/2003 para a promoção da diversidade e para uma releitura historiográfica das narrativas apagadas pela cultura eurocêntrica presente na educação brasileira. Ressalta-se ainda que as lutas dos movimentos populares vão além de uma política de identidade, pois o antirracismo, protagonizado por atores políticos negros, busca combater desigualdades de gênero, econômicas, culturais, políticas, educacionais e subjetivas.

No terceiro trabalho, Santos (2007) apresenta uma pesquisa realizada com estudantes negros da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, cujo objetivo foi compreender como se dão as interações sociais desses estudantes e de que forma essas construções se manifestam na cultura estudantil. A metodologia adotada foi qualitativa, utilizando análise documental, observação participante, diário de campo, grupos de discussão e entrevistas semiestruturadas. Os resultados evidenciaram que os estudantes negros são frequentemente invisibilizados no

ambiente escolar, tendo suas imagens inferiorizadas e marginalizadas. Essa exclusão gera sentimentos de não pertencimento aos padrões sociais, refletindo negativamente na cultura estudantil. Frases e apelidos pejorativos são recorrentes, marcando esses estudantes e afetando sua identidade, autoestima e representatividade cultural.

A quarta pesquisa, intitulada “*Sorriso Negro: Trabalhando autoestima de alunos negros na Educação Infantil*”, aborda a implementação da Lei 10.639/2003 e sua influência na autoestima de crianças negras de 4 a 6 anos, além de promover uma reflexão sobre a prática docente. Segundo Dias (2010), a ausência de referência da cultura negra no currículo contribui para a baixa autoestima desses alunos, tanto no contexto escolar, quanto social. Assim, a Educação Infantil deve ser um espaço de valorização da cultura negra, reconhecendo os alunos como parte dessa herança cultural, combatendo o racismo presente na escola, reduzindo desigualdades sociais e fortalecendo interações históricas que promovam a autoestima das crianças negras.

No quinto texto, que é um Trabalho de Conclusão de Curso, “*Estética Negra na Cultura Afro-brasileira*”, Souza (2012) enfatiza que o ensino deve ser idealizado a partir de uma perspectiva antirracista. No entanto, o currículo escolar ainda privilegia uma visão eurocêntrica, o que provoca nos alunos negros sentimentos de não pertencimento, inferioridade e estereotipação, resultando em danos psicológicos e morais. A Lei 10.639/2003 é apontada como um importante mecanismo de reparação histórica. Contudo, segundo a autora, sua implementação ocorre de forma parcial, o que contribui para o silenciamento da história e da identidade afro-brasileira.

No sexto texto, que é um artigo, intitulado “*@Negra@ e a educação, entre o mito e os fatos*”, Santana (2014) propõe uma reflexão sobre o papel da escola no processo de alfabetização das crianças negras. O mesmo destaca a importância de vivenciar a cultura e a diversidade no cotidiano escolar e enfatiza que, para que isso ocorra de forma efetiva, é indispensável uma formação sólida e contínua dos profissionais da educação.

Em síntese todos os trabalhos analisados nessa categoria convergem para um objetivo comum: a valorização da identidade negra por meio da efetiva implementação da Lei 10.639/2003 no currículo escolar e, conseqüentemente, nas práticas escolares. As pesquisas encontradas são reflexos do seu tempo histórico, no qual ainda é necessário semear a cultura antirracista nas escolas. De acordo com a autora Djamila Ribeiro, em sua obra *Pequeno Manual Antirracista* (2019), para combater o racismo é necessário estabelecer algumas posturas diante do mesmo, como por exemplo: informar-se, enxergar a negritude, reconhecer os privilégios da branquitude e apoiar políticas educacionais afirmativas. Essa autora afirma que:

Um ensino que valoriza as várias existências e que referencie positivamente a população negra é benéfico para toda a sociedade, pois conhecer histórias africanas promove outra construção da subjetividade de pessoas negras, além de romper com a visão hierarquizada que pessoas brancas têm da cultura negra, saindo do solipsismo branco, isto é, deixar de apenas ver humanidade entre seus iguais. Mais ainda, são ações que diminuem as desigualdades (Ribeiro, 2019, p. 21).

A reflexão que essa autora nos oferece é que, para além de um “resgate” histórico e cultural de nossas raízes, em busca de uma possível “igualdade”, estudar sobre a cultura e a história dos povos africanos contribui com a redução da desigualdade, que é uma questão social ainda não reparada na nossa sociedade. De acordo com González (2020), vale também ressaltar que a maioria das crianças negras nas escolas, ainda são vistas como “indisciplinadas, dispersivas, desajustadas ou pouco inteligentes”. (p. 41). Ela afirma que os sistemas de ensino disseminam o racismo em “livros didáticos, atitudes dos professores em sala de aula e nos momentos de recreação” (p. 41). Fazendo com que crianças negras comecem a não se identificar com sua própria cultura, fator que produz o apagamento da mesma, pela falta de

identificação e representatividade. Portanto, faz-se urgente repensar as formas de mediação de conhecimentos que estamos estabelecendo nas escolas de ensino fundamental e médio.

### Cultura negra, arte e resistência

O presente eixo temático engloba os trabalhos que utilizam expressões artísticas e a luta como ferramenta pedagógica.

**Tabela 2.** Trabalhos do eixo temático “Cultura negra, arte e resistência”

Nº TEXTO	TÍTULO	TIPOLOGIA	ANO
Texto 7	O teatro experimental do negro e educação antirracista	Trabalho de conclusão de curso	2017
Texto 8	Capoeira Angola, Cultura Negra, Educação e Infâncias	Dissertação	2018
Texto 9	Cultura Negra e Educação	Artigo	2003

Na sétima pesquisa, Neves (2017) aborda o protagonismo do Teatro Experimental do Negro -TEN como uma iniciativa fundamental no enfrentamento do racismo tanto no campo educacional quanto no artístico. O TEN simboliza o início de uma luta que conferiu visibilidade à cultura negra brasileira, rompendo com estereótipos e com a expulsão histórica da população negra dos espaços culturais e educacionais. O texto também propõe uma reflexão sobre a mudança de postura do Brasil ao longo do tempo, contrastando o país do século XX que negava ou invisibilizava a presença da população negra com o Brasil do século XXI, que, ainda que de forma incipiente, busca valorizar as contribuições da cultura negra para a sociedade. Além disso, o trabalho incentiva o uso do teatro como uma ferramenta pedagógica de inclusão social e como instrumento de fortalecimento da luta antirracista no Brasil.

Na oitava pesquisa, Moreira (2018) teve como objetivo analisar os impactos da Capoeira Angola na vida e no processo educativo das crianças que a praticam. O estudo de mestrado de Moreira (2018) está organizado em quatro partes. Na “introdução”, são apresentados os conteúdos que serão abordados e um breve relato de experiência da autora durante sua graduação. No capítulo 1, intitulado “Capoeira Angola E Educação”, a Capoeira é apresentada como uma forma de expressão que vai além de luta ou dança, sendo compreendida como uma manifestação de resistência histórica do povo negro. Trata-se de uma prática marcada pela luta por liberdade, carregada de significados políticos e culturais.

No Capítulo 2, denominado “Afrocentricidade, Branquitude e Capoeira” Moreira (2018) apresenta uma análise crítica a partir de sua vivência em um evento de capoeira realizado na Bahia. Embora se esperasse uma participação majoritariamente negra, observou-se o predomínio de pessoas brancas, o que suscitou questionamentos acerca da essência da capoeira e da ausência de representatividade negra em uma prática de origem afro-brasileira.

No Capítulo 3, intitulado “Capoeira Angola como prática educativa para crianças”, destaca-se a importância da construção de um currículo escolar que contemple a cultura afro-

brasileira, promovendo o reconhecimento identitário e referências culturais positivas para as crianças negras. Tal abordagem contribui para a mitigação dos sentimentos de inferioridade impostos por uma educação eurocêntrica. Contudo, a autora ressalta que ainda há um longo percurso a ser trilhado para a efetiva integração da cultura afro-brasileira no sistema educacional brasileiro, uma vez que o processo de reparação histórica ocorre de forma lenta.

Por fim, nas considerações finais, a autora reflete sobre a violência histórica sofrida pelo povo negro no Brasil, destacando que a luta por melhores condições de vida e por reconhecimento deve ser constante. Ressalta-se que a capoeira, antes criminalizada e associada à vadiagem, transformou-se em um símbolo de resistência e representatividade para a população negra.

A nona pesquisa, é um artigo de Gomes (2003), que discute a relação entre cultura negra e educação no Brasil. A autora destaca que a cultura está relacionada às vivências concretas dos sujeitos, bem como à diversidade de formas de compreender o mundo, com diferenças e semelhanças construídas historicamente pelos seres humanos. Segundo Gomes, a cultura negra possibilita a construção da identidade e da consciência cultural, promovendo a vivência da negritude. Isso se manifesta, principalmente, através da valorização do corpo negro, especialmente através do cabelo. Além disso, a autora ressalta que a educação pode contribuir para esse processo ao desenvolver uma pedagogia corporal que faça com que os alunos se sintam reconhecidos e valorizados.

A necessidade de lutar pela subsistência, que é imposta ao corpo negro, muitas vezes anula as possibilidades de acesso à arte, à cultura, à beleza. O exercício intelectual contemplativo é negado cotidianamente à população negra, restando-lhe, muitas vezes, o trabalho maçante, repetitivo, manual e “desqualificado”. A mulher negra, por exemplo, de acordo com González (2020), responde em sua grande maioria pelos postos que exigem baixa escolaridade e, que, conseqüentemente, ofertam baixa remuneração, são as chamadas “serventes”, que não à toa recebem essa denominação.

Toda essa problemática envolve a importância da arte no processo de formação escolar, objetivando o combate ao racismo estrutural existente na nossa sociedade. A literatura, por exemplo, pode ser um caminho celebrativo da arte negra, podendo ser utilizada de forma transversal nas diversas disciplinas, ao longo do ano letivo. A potência das histórias orais, do tom coloquial, de trechos de memória, que registra vivências coletivas, à exemplo da Escrivência de Conceição Evaristo (2017), é um excelente exemplo de como a arte e a literatura pode contribuir para o enfrentamento da escola colonizadora e eurocentrada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Retomando o objetivo desse texto, que foi o de verificar de que modo o tema “cultura negra e educação” está sendo abordado no campo empírico o “IBICT OASIS BR – Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto”, foi possível constatar que a temática vem ganhando espaço, ainda que de forma tímida. Foram encontrados nove pesquisas que, na sequência, foram analisadas a partir de dois eixos temáticos: 1) Valorização da Cultura Negra através da Lei 10.639/2003; e, 2) Cultura negra, arte e resistência.

A análise das mesmas permite concluir que a população negra, segue sendo excluída da educação formal e que sua cultura historicamente não foi valorizada. Os movimentos negros desempenharam e continuam desempenhando um papel essencial na promoção da valorização, reconhecimento, sentimento de pertencimento e orgulho da cultura negra. A criação da Lei 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, representou um passo importante para a tentativa de mudança do currículo eurocêntrico, das práticas pedagógicas e das abordagens voltadas à valorização dessa cultura, contribuindo para o desenvolvimento da autoestima dos alunos negros.

Ribeiro (2019) cita que, não obstante ainda exista uma desigualdade social abissal no Brasil, políticas públicas de ações afirmativas, como a Lei de Cotas, por exemplo, tem contribuído para reduzir privilégios históricos da branquitude, como o acesso à educação em universidades públicas. Esse movimento inclusivo racial tem se configurado como um dado importante no processo de reparação histórica das exclusões e anulações sofridas pelas pessoas negras no nosso país.

No campo acadêmico, a ampliação do ingresso de estudantes negros e negras nas instituições de ensino superior propiciada pelas políticas de acesso fortaleceu e revigorou o debate sobre raça e gênero. Um novo perfil de alunos passou a ocupar os bancos e a cena das universidades, produzindo muito mais do que uma diversidade social e racial do corpo discente. As agendas de pesquisas estão sendo redefinidas pelas inquietações políticas e pelas trajetórias desse público jovem e negro oriundo de escolas públicas, e o advento e a ampliação das redes sociais vêm propiciando um espaço no debate público que tem sido ocupado por jovens feministas negras orientadas por pautas que envolvem não apenas raça, classe e gênero, mas também sexualidade, território, política e outras dimensões organizadoras das desigualdades sociais (González, 2020, p. 17-18).

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer. Mesmo com a implementação da Lei e a luta dos movimentos sociais, o ensino e a valorização da cultura negra permanecem deficitários. Alunos negros continuam sendo invisibilizados e a história segue ainda, muitas vezes, contada a partir da perspectiva do colonizador, negando origens e contribuições de tradições africanas.

Entendemos que quando a cultura negra é inserida de forma natural e contextualizada nesses conteúdos, ocorre uma ressignificação e valorização da história, identidade e sentimento de pertencimento dos alunos que não se sentem representados no ambiente escolar. Proporcionar o contato com essas práticas a partir da ótica da diferença é fundamental para o processo de inclusão, socialização e formação de uma identidade cultural mais ampla.

Os dados apontam que a temática é frequentemente abordada de forma pontual, restrita a datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, o que demonstra um tratamento superficial e descontextualizado do tema ao longo do ano letivo. Além disso, outra problemática recorrente identificada nos estudos analisados refere-se à falta de formação inicial e continuada dos docentes para trabalhar a cultura negra de maneira crítica, reflexiva e integrada ao currículo escolar. Diante desse cenário, emerge a seguinte questão, como sugestão para futuras pesquisas: como enfrentar a falta de preparo dos docentes para abordar a cultura negra de forma consistente e, assim, garantir o cumprimento efetivo da Lei nº 10.639/03 no contexto escolar?

**AGRADECIMENTOS:** “Não se aplica”.

**CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES:** Oliveira, A. B.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo. Santos, M. R. C.: concepção e desenho do texto, redação do artigo. Tele, P. S.: revisão crítica de conteúdo intelectual, redação do artigo. Zoboli, F.: redação do artigo e revisão de conteúdo. “Todas as autoras leram e aprovaram a versão final do manuscrito”.

**CONFLITOS DE INTERESSE:** “As autoras declaram que não há conflitos de interesse”.

## REFERÊNCIAS

Biko, S. (1990). *Escrevo o que eu quero*. São Paulo: Ática.

Brasil. (2003). Presidência da República casa civil subchefia para assuntos jurídicos. [Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm). [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)

Cruz, L. A. (2008). *Negros & educação: por uma nova história*. Trabalho de Conclusão de curso de Pedagogia apresentado a Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia – FACED-UFBA.

- Dias, I. A. A. (2010). Sorriso Negro: Trabalhando autoestima de alunos negros na Educação *Infantil*". Trabalho de conclusão de curso de Pedagogia apresentado a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS.
- Evaristo, C. (2017). Poemas da recordação e outros movimentos. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Malê.
- Kilomba, G. (2019). Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó.
- Le Breton, D. (2019). A Sociologia do corpo. Petrópolis-RJ: Vozes.
- Garcia, R. C. (2007). Identidade fragmentada: um estudo sobre a história do negro na educação brasileira - 1993-2005. Brasília/DF: Inep, 113p.
- Gomes, N. L. (2003). Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação* [online], n.23, pp.62-74. ISSN 1413-2478. <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XknwKJnzZVFpFWG6MTDjbx/abstract/?lang=pt>
- Gonzalez, L. (2020). Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar.
- Moreira, S. T. S. (2018). Capoeira Angola, Cultura Negra, Educação e Infâncias. 88 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ.
- Munanga, K. (2005). Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação.
- Neves, H. B. (2017). O teatro experimental do negro e educação antirracista. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Oliveira, I; Silva, P. B. G.; Pinto, R. P. (org) Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa/ANPED, 2008.
- Ribeiro, D. (2019). Pequeno Manual Antirracista. São Paulo: Companhia das Letras.
- Romanowsky, J. P; Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo "estado da arte" em educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, maio/ago. <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>
- Rufino, L. (2019). Pedagogia das encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula editorial.
- Santana, J. G. (2014). @Negro e a educação, entre o mito e os fatos. In: Encontro Cearense de historiadores da educação - ECHE, 13.; Encontro nacional do núcleo de história e memória da educação - ENHIME, 3.; Simpósio nacional de estudos culturais e geoeeducacionais - SINECGEO, 3., 25 a 27 set. Fortaleza (CE). Anais... Fortaleza: IMPRECE. p. 413-422.
- Santos, M. V. dos. (2007). O estudante negro na cultura estudantil na educação física escolar. 2007.240 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- Silva, N. N. (2020). Educação Popular Negra: breves notas de um conceito. *Educação em Perspectiva*. Viçosa/MG. V.11. [10.22294/eduperppgeufv.v11i00.8480](https://doi.org/10.22294/eduperppgeufv.v11i00.8480)
- Souza, I. C.; Guasti, M. C. F. A. (2018). Cultura africana e sua influência na cultura brasileira. Anais do XLI ENEBD. 2018.
- Souza, J. M. L. (2012). Estética Negra na Cultura Afro-brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título do Especialista em Educação e Relações Étnico-Raciais, pelo Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.
- Teles, P. S.; Santos, W. N.; Zoboli, F. (2024). Africanidades, Orixás e Flamengo: um olhar a partir da lei 10639/2003. REDUPA – Revista Educação em Páginas, v. 3, n. 3. [10.22481/redupa.v3.14369](https://doi.org/10.22481/redupa.v3.14369)

**Recebido:** 23 de novembro de 2025 | **Aceito:** 27 de dezembro de 2025 | **Publicado:** 23 de janeiro de 2026



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.